

O LOGOS COMO RAZOABILIDADE ARGUMENTATIVA: CONTRIBUIÇÕES DA NOVA RETÓRICA PARA A ANÁLISE DO DISCURSOⁱ

Melliandro Mendes Galinariⁱⁱ
Marcos Vieira de Queirozⁱⁱⁱ

Resumo: O presente artigo visa ressaltar, de modo sucinto, como as tipologias argumentativas de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002), tais como a incompatibilidade, o modelo, a associação e a dissociação (etc.), podem funcionar como uma etapa interessante para a análise de discursos, a saber, para a apreensão do *logos* argumentativo em sua acepção de “demonstração verdadeira ou aparente”. Num primeiro momento, a partir dos autores citados, da retórica aristotélica e de teóricos da Análise do Discurso, buscamos conceber a argumentação como uma atividade que ultrapassa os pressupostos da Lógica Formal, no intuito de instituir o *logos* como uma razoabilidade fundada pela materialidade textual e, além disso, como um artifício retórico apreensível pelas citadas tipologias. Num segundo momento, buscamos ilustrar a pertinência de tudo isso com a análise rápida de dois editoriais que circularam na cidade de Mariana-MG. Tais editoriais possuem um caráter político e uma dinâmica elucidativa na construção/desconstrução de raciocínios retóricos.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Retórica. Argumentação. Logos.

Abstract: This article aims to concisely highlight how Perelman & OlbrechtsTyteca's (2002) arguments typologies, such as the incompatibility model, the association and dissociation techniques (etc.), can function as an interesting way toward discourse analyses, particularly for the seizure of the argumentative logos in its meaning as a "true or apparent demonstration". At first, in order to establish the logos as something reasonably founded by textual materiality and as a rhetorical device graspable by the argument typologies, we consider Aristotelian's rhetoric and theoretical discourse analysis approaches, seeking to develop a stand about argumentation as an activity that goes beyond formal logic assumptions. Secondly, we seek to illustrate the relevance of the stand taken by a brief analysis of two journal editorials that circulated in the town of Mariana, Minas Gerais (Brazil). These editorials have a political and dynamic character elucidating the construction/deconstruction of rhetorical reasoning.

Keywords: Discourse Analysis. Rhetoric. Argumentation. Logos.

i Este artigo foi produzido como resultado das reflexões desenvolvidas no projeto de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/UFOP, intitulado A argumentação nos discursos sociais: por uma metodologia de análise, de autoria do professor Melliandro Mendes Galinari, do DELET/ICHS/UFOP.

ii Docente da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Brasil. E-mail: melliandro@yahoo.it.

iii Graduando pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Brasil. E-mail: mvqueiroz7@gmail.com.

Introdução: A Nova Retórica

Este artigo busca demonstrar como as técnicas argumentativas de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002) (contradição, incompatibilidade, comparação, exemplo, dissociação etc.) podem ser reaproveitadas como mecanismos linguístico-discursivos de razoabilidade para a apreensão do *logos* nos discursos. Essa hipótese se configuraria, assim, como uma etapa metodológica (dentre outras) para a análise dos raciocínios sugeridos pela materialidade textual, incluindo os seus efeitos de sentido.

O objetivo do *Tratado da Argumentação*, como apontam os seus autores, é o resgate dos “meios de provas utilizados para se obter a adesão”, que, por três séculos, foram negligenciados pelos “lógicos e teóricos do conhecimento” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 1). Para eles, “a publicação de um tratado consagrado à argumentação e sua vinculação a uma velha tradição, a da retórica e da dialética gregas, constituem *uma ruptura da razão e do raciocínio, oriunda de Descartes*, que marcou com seu cunho a filosofia ocidental dos três últimos séculos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 1). Como sabemos, essa ruptura é formatada pela célebre distinção entre *demonstração* e *argumentação*, presente no tratado. A primeira liga-se diretamente ao campo da Lógica Formal, que busca, através da evidência das premissas do raciocínio, provar algo capaz de ser compreendido por todo e qualquer ser dotado de razão. Na segunda, temos o campo da retórica, em que a intenção do orador é a de convencer um auditório específico sobre determinada tese, provada ou não por um raciocínio mais rigoroso. Em relação a essa distinção, Perelman (1987, p. 234) diz o seguinte:

[...] em princípio, a lógica formal não se ocupa da adesão de qualquer coisa à verdade das proposições em vista. A prova é impessoal, e a sua validade não depende em nada da opinião: aquele que infere num determinado sistema só pode aceitar o resultado de suas deduções. Em contrapartida, toda argumentação é pessoal; dirige-se a indivíduos em relação aos quais ela se esforça por obter a adesão, a qual é suscetível de ter uma intensidade variável.

Pode-se dizer, com isso, que os autores não procuram “condenar” os lógicos, mas, sim, certa tendência em se considerar a argumentação como dependente dos artifícios rígidos das ciências formais. Para Perelman (1987, p. 236), a argumentação serve ao orador na medida em que este busca influenciar um auditório, sendo que “a verdade ou falsidade desta [da tese]

constituem unicamente um motivo de adesão ou rejeição no meio de tantos outros: uma tese pode ser admitida ou afastada porque é ou não oportuna, socialmente útil, justa e equilibrada”.

Dessa forma, vê-se que a argumentação está voltada para a influência do auditório, entendido como “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 22). Sendo assim, a validade e a pertinência dos argumentos utilizados são julgadas pela situação e pelos acordos nos quais se imiscuem aqueles que argumentam sobre determinado assunto. Tudo isso inclui os valores dos interactantes e a sua adesão à *doxa*, em aliança efetiva com o “preferível” e com o “desejável”, parâmetros que, em última instância (para além da Lógica Formal), definem a força dos argumentos. É nesse sentido que “a análise da argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelos ouvintes” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 73). É nessa perspectiva que temos defendido, também, que a argumentação é uma propriedade da linguagem em uso, propensa a fazer-crer (a teses), a fazer-fazer (ações e comportamentos) e a fazer-sentir (emoções), seja de modo consciente ou não. Importa salientar que os argumentos são atividades discursivas presentes nos vários gêneros e situações comunicativas de nossa vida simbólica, estando, em última instância, à mercê de convenções culturais acerca de eventos, pessoas, instituições e ideias. Feitas essas observações acerca da argumentação, bastante gerais, passemos ao *logos*.

1 Sobre o *logos* e sua lógica razoável

No âmbito de suas especulações, como já é sabido, Aristóteles apontamos três modalidades de provas retóricas (ou argumentos): “umas residem no caráter moral do orador [*ethos*]; outras, no modo como se dispõe o ouvinte [*pathos*]; e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar [*logos*].” (ARISTÓTELES, 2005, p. 96). As provas retóricas continuam sendo o *cantus firmus* de reflexões de teóricos contemporâneos, que buscam, de diversas formas, aprofundar e sistematizar essas noções, tanto para fins teórico-especulativos, quanto para fins de análise de algum discurso social.

No caso específico do *logos*, em sua feição (aparentemente) demonstrativa/racional, o edificamos, segundo Aristóteles (2005, p. 97),

“quando mostramos a verdade ou o que parece ser verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular.” Ressalte-se que, para o filósofo, é o “caso particular” (*Kairós*, pode-se acrescentar) o fator determinante para a eficácia do *logos*, ou seja, a situação de proferimento do discurso, incluindo os seus participantes e sua adesão à doxa, o que podemos associar, nos termos de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002), à interferência incontornável de acordos (tácitos ou não) e de valores partilhados pelos interactantes. Na retórica aristotélica, pelo menos no livro I, a ênfase no *logos* repousa sobre o deslindamento de duas operações de raciocínio que já conhecemos bem: o *entimema* (ou dedução oratória) e o *exemplo* (ou indução oratória). No entanto – é conveniente ressaltar mais uma vez –, tais artifícios mentais possuem algum peso retórico somente sob os auspícios do que contemporaneamente chamamos de “condições de produção do discurso”, com seus contratos, atores e estratégias, além de afetos e visões de mundo compartilhadas.

Mas a questão não é, (in)felizmente, tão simples: outras definições podem ser apontadas para o termo *logos*, muito além do já citado paradigma dedutivo/indutivo. Galinari (2011), por exemplo, apresenta, resumidamente, 11 campos de significação para o vocábulo a partir da obra de Guthrie (1967). Na tentativa de incorporar o *logos* sofístico nas reflexões atuais da AD, com base em uma releitura de Górgias e de Protágoras, e/ou, mesmo, por intermédio de uma leitura mais ampla da própria retórica aristotélica (baseada nos livros II e III, e não apenas no livro I, como se faz correntemente), o autor explora os desdobramentos semânticos da (outra) acepção discursiva já sugerida por Aristóteles (o *logos* como discurso/palavra/texto). Nesse sentido, o termo é definido, ou melhor, *resgatado*, como toda e qualquer dimensão da linguagem capaz de influenciar, tais como a estrutura prosódica, a seleção lexical, a organização sintática, os índices de modalização, o agenciamento enunciativo etc., o que ultrapassa uma visão meramente lógica (ou quase-lógica) pautada em entimemas, exemplos e raciocínios afins. Dessa forma, o autor mostra como temos sido reféns de uma abordagem reducionista e platônico-aristotélica do *logos*, associando-o apenas a operações mentais já bastante e comodamente repisadas.

Porém, mesmo em se tratando do *logos* em sua acepção (aparentemente) demonstrativa, correntemente surgem dúvidas durante as análises discursivas sobre como apreendê-lo na materialidade textual.

Salientamos a importância dessa etapa, ao lado de outras. Nesse sentido, embora este artigo assuma radicalmente as consequências da aceção do *logos* enquanto discurso (incluindo todos os seus componentes linguísticos e paralinguísticos), gostaríamos de propor uma alternativa possível para se apreendê-lo enquanto uma “razoabilidade” presente no manejo da linguagem/texto. Para tanto, acreditamos que as tipologias argumentativas de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002) se mostram, diante de tudo o que foi dito, como uma “ferramenta de trabalho” viável: num primeiro momento, diante de sua razoabilidade fundada pela doxa e pelos valores do auditório, elas nos permitiriam apreender o *logos* enquanto operações mentais (ou raciocínios); num segundo momento, nos permitiriam apreender como tais esquemas são capazes de se desdobrar enunciativamente no *ethos* e no *pathos*, explicitando, pragmaticamente, a inter-relação da tríade clássica.

Tal procedimento parece estar próximo, também, das especulações presentes em Amossy (2011). A autora, na continuidade das reflexões produzidas por Aristóteles, Perelman & Olbrechts-Tyteca, visualiza o *logos-raciocínio* como parte integrante da palavra em contexto, ou melhor, como uma *razoabilidade* negociada em situações reais de comunicação (e não como uma *razão* “impessoal”, de contornos universais ou evidentes). É nesse sentido que se mostra fecundo e interessante, em uma análise, apreender os tipos e formas de raciocínio presentes nos discursos sociais (mesmo se “truncados”, falaciosos ou apenas verossímeis para um determinado grupo), inserindo-os na perspectiva de um “eu-tu-aqui-agora”, onde poderíamos avaliar a sua força argumentativa em função do contingente e do razoável, indo além do “verdadeiro” em termos eminentemente formais. Para a autora, enfim, o *logos*, enquanto razoabilidade, liga-se visceralmente ao senso comum:

[...] ele representa aquilo que parece plausível a uma dada comunidade em função de suas crenças e valores - o que lhes parece dever ser aceito por todo ser de bom senso. Enquanto o racional é necessário e válido em si mesmo, ou seja, existe independentemente das circunstâncias e dos agentes humanos, o razoável surge, ao contrário, como contingente e negociável no interior de uma interação social (AMOSSY, 2011, p. 13).

É nesse contexto teórico-especulativo, semelhante à visão aqui aventada, que as tipologias argumentativas de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002) podem se mostrar de grande valia, uma vez que tais categorias nos

apresentam uma série de operações mentais/textuais razoáveis/plausíveis que, somadas, mostram-nos diferentes facetas inteligíveis do *logos*. No intuito didático de resumir e mostrar tais tipologias, apresentamos o quadro a seguir, sistematizado por Wachowicz (2010, p. 102) a partir de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002), em que as referidas categorias encontram-se na coluna da direita, em negrito:

Tipos de Argumentos	Por Ligação	I- Os quase lógicos	Contradição e incompatibilidade
			Identidade e definição
			Transitividade
			Comparação
			Inclusão ou divisão
			Probabilidade
	II- Os baseados na estrutura do real	Por sucessão	
		Por coexistência	
	III- Os que fundamentam a estrutura do real	Exemplo	
		Ilustração	
Por dissociação			

Por serem já bastante conhecidas e parafraseadas, não faremos a resenha teórica de cada uma das tipologias, o que se justifica também pelo nosso objetivo principal: mostrar como tais conceitos podem ser reaproveitados em uma análise discursiva/argumentativa, no sentido de se apreender retoricamente o *logos-raciocínio*. Limitamos-nos a dizer que tais operações (coluna da direita, em negrito) se caracterizam por integrarem processos discursivos de “ligação” e de “dissociação”. Os primeiros se caracterizam como “esquemas que aproximam elementos distintos e permitem estabelecer entre estes uma solidariedade que visa, seja estruturá-los, seja valorizá-los positiva ou negativamente um pelo outro.” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 215) Já por processos de dissociação, tratam-se das “técnicas de ruptura com o objetivo de dissociar, de separar, de desunir elementos considerados um todo” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 215).

Tudo isso, enfim, poderia ser interpretado como modalidades diversas de operações mentais, ou melhor, como nuances de raciocínios contextualizados, os quais, argumentativamente, se tornam característicos de uma das dimensões semânticas do *logos*: aquela referente às demonstrações verdadeiras ou aparentes. Na próxima parte do artigo, buscamos mostrar como isso funciona na prática com a análise sucinta de dois editoriais do *Jornal Ponto Final*, que circularam na cidade de Mariana-MG e região (em anexo).

2 Da política marianense: rápida contextualização

A conjuntura política vivida pela cidade de Mariana-MG, nos últimos quatro anos (2008/2012), foi bastante turbulenta, uma vez que “foram passando”, meteoricamente, pelo menos 5 prefeitos diferentes pelo município. A questão sempre foi, naturalmente, veiculada pela imprensa local. No caso do *Jornal Ponto Final*, foco de nosso estudo, o recorte temporal estabelecido, que vai de 5 de fevereiro a 28 de maio de 2010 – ou seja, um arco de tempo um pouco maior que 3 meses –, abarca, inicialmente, a saída de Roque Camello (PSDB), acusado de tentativa de sufrágio ainda em período de campanha. Roque sai em fevereiro de 2010, de modo que, no dia 9 de março, Terezinha Ramos (PDT), mulher do ex-prefeito João Ramos e segunda colocada nas eleições anteriores, assume o executivo¹.

Terezinha assume o comando no dia 9 de março de 2010, depois de esperar alguns dias pelos trâmites da câmara para a sua posse. No entanto, a mesma também não fica a longa no poder, de onde é afastada por acusação de irregularidades na prestação de contas de sua campanha eleitoral (14 de maio de 2010), assumindo, em seguida, o vereador Raimundo Horta (15 de maio de 2010), então presidente da câmara dos vereadores. Nota-se, aqui, o quão agitado foi o pequeno período estabelecido pela nossa pesquisa: em menos de 4 meses, Mariana foi marcada por um “entra e sai” incessante de prefeitos, sofrendo, com isso, um prejuízo incalculável.

Os eventos políticos deflagrados no período que estudamos, como dissemos, foram todos reportados pela mídia local, de modo que uma grande

¹ Terezinha entra para a política depois que seu marido é assassinado, no dia 16 de maio de 2008. O crime, que tudo indica ter ocorrido por motivos políticos, continua sem solução. Na época em que foi assassinado, João Ramos (prefeito em Mariana por três vezes: de 1973 a 1976, de 1983 a 1988 e de 1993 a 1996) era pré-candidato a prefeito. Pesquisas anteriores a sua morte o mostravam como o favorito da população.

polêmica se construiu em torno da instabilidade política do município. No entanto, nosso estudo não visou uma compreensão do contexto político em si, mas, sim, do modo como essa conjuntura foi representada pelos editoriais, propiciando a promoção de teses, comportamentos e emoções junto ao público leitor. Podemos dizer, portanto, que o contexto político de Mariana foi a tópica central da argumentação desenvolvida pelos textos. Neste artigo, anexamos apenas 2 dos editoriais estudados, por razões de tempo e de espaço. O primeiro encontra-se na Edição de número 737 do *Jornal Ponto Final*, que abarca o período de 09/04 à 15/04/2010; o segundo está presente na Edição de número 743, de 21/05 à 27/05/2010.

De um editorial a outro, mesmo sendo um arco de tempo muito curto (pouco mais de um mês), podemos notar dois momentos diversos dos posicionamentos apresentados pelo *Jornal Ponto Final*, a saber, o elogio e o vitupério de Terezinha Ramos (PDT), elaborados ao sabor das circunstâncias e dos acontecimentos políticos. Esses dois momentos marcados pelos posicionamentos distintos do editorial em relação à figura de Terezinha Ramos (PDT) nos permitiram observar o funcionamento dos processos de “ligação” e de “dissociação” teorizados por Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002). Em um primeiro momento (edição n.º 737), o editorial continua a manter associada à imagem de Terezinha a noção de uma “nova forma” de se fazer política, em contraposição à imagem de Roque e de seu grupo político, atrelados simbolicamente a uma “velha forma” de se governar. Na edição de n.º 743, numa lógica caprichosamente contrária ao que vinha acontecendo, é interessante perceber como o editorial irá desconstruir aquela imagem repisada de Terezinha Ramos (de um “novo modelo” político) para então (re)associá-la/ligá-la à imagem de Roque e seu grupo, colocando, assim, *todos* em pé de igualdade. Assim, podemos dizer que temos dois grandes momentos na argumentação desenvolvida pelos editoriais, a saber, o elogio e o vitupério de Terezinha Ramos, numa dinâmica de associação/dissociação retórica regida pelos ventos políticos instáveis do município.

3 Editorial 1: O elogio de Terezinha

Como se pode notar pelo próprio texto, contávamos com apenas 25 dias do novo mandato de Terezinha Ramos. Nesse editorial, podemos ressaltar, inicialmente, dois tipos de *logos-raciocínio* que buscam fundamentar o real, a

saber, o *modelo* e o *exemplo*². No primeiro parágrafo, fazendo uso do discurso polifônico indireto, o editorialista encena/reporta uma série de questionamentos atribuídos à *vox populi* (as tais “cobranças, cobranças e cobranças”), relativos ao início do mandato de Terezinha. O editorial, ao afirmar, diante de tais questionamentos, “acho ainda muito cedo para qualquer avaliação”, busca mostrar-se prudente, ponderado e/ou cauteloso, propondo um tempo de “6 meses” como uma cronologia ideal para que qualquer governo possa ser avaliado de modo não precipitado. O referido tempo paradigmático, tendo já funcionado supostamente em outras “circunstâncias felizes” (não mencionadas no texto), é transposto, pelo editorial, para a situação política marianense, inequivocamente como um *modelo* e um *exemplo* a serem seguidos pela população. Pode-se cogitar que, fundamentando o real à sua maneira, tal artifício retórico serviria como um elemento amenizador da situação de Terezinha, que “está no mandato à apenas 25 dias”.

Com este argumento pelo modelo e/ou exemplo, chega-se (e justifica-se) à tese central do texto, a saber, a de que “o povo deve ter paciência nesse início de mandato”. É interessante observar, ainda com o uso das interrogações e dos questionamentos polifonicamente atribuídos ao povo, o uso de uma espécie de “contradição ou incompatibilidade *ad hominem*” forjada pelo discurso. Expliquemos. Direcionando à população leitora a sua própria voz encenada textualmente (início do editorial), constrói-se uma incompatibilidade política (e até mesmo moral) entre o “comportamento do povo” diante de Terezinha, por um lado, e o seu modo de agir e de se comportar outrora, durante o mandato de Roque. Em outros termos, como é dito no editorial, “todos querem resposta em apenas 25 dias de mandato, embora no governo de Roque Camello tenham tido paciência durante um ano”. Tal contradição funcionaria, em termos de efeitos de sentido, como uma crítica velada à população, ao seu comportamento, ou seja, um “quase recurso” da ordem do *ad hominem*, que poderia fazer recair sobre os seus interlocutores a alcunha de praticantes da injustiça e da incoerência. Trata-se de mais um argumento, da ordem do *logos*, posto a justificar a tese de que “o

2 Para Perelman (1987, p. 258), “os argumentos pelo exemplo e pelo modelo, assim como o argumento pela analogia, generalizam o que é aceito a propósito de um caso particular (ser, acontecimento, relação) ou transpõem para outro domínio o que é admitido num domínio determinado”. Ambos os tipos de argumentos servem para fundamentar a estrutura do real.

povo deve ter paciência nesse início de mandato”. A contradição incitaria esse comportamento político (de cautela) apostando na capacidade de autocrítica da comunidade, ou melhor, por chamá-la à “razão”, denunciando uma linha de ação no mínimo suspeita. Vista de outro ângulo, ou melhor, desdobrando-se em *ethos*, a encenação dessa incompatibilidade, mais uma vez, buscaria construir a imagem de um Jornal/editorialista “prudente”. Já como *pathos*, serviria para “remediar a cólera”, atuando no sentido de acalmar os ânimos e a ansiedade popular, ávida por mudanças. Em suma, efeitos variados e favoráveis à nova Prefeita empossada.

Outra demonstração aparente presente no editorial – mais um aspecto do *logos-raciocínio* – estaria, na terminologia de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002), no uso do chamado argumento por *inclusão* ou *divisão*, que explora certas operações mentais de contiguidade. Segundo Wachowicz (2010, p. 109), ao resumir tal artifício:

[...] esses argumentos apelam para o raciocínio das partes pelo todo, ou do todo pelas partes. A inclusão toma elementos menores e suas propriedades e os inclui no maior, que passa a ter as mesmas propriedades. A divisão faz o contrário: toma o todo e suas propriedades e o divide em partes, que passam a receber as mesmas propriedades do todo.

Notamos tais artifícios, principalmente a *inclusão*, a partir do momento em que o editorial nos afirma o seguinte fato favorável à Prefeita recém-empossada: “realmente a população já está vendo algumas melhorias”. A partir daí, enumera-se uma série de ações particulares da Prefeitura que funcionariam como argumentos para demonstrar a eficácia do grupo de Terezinha Ramos, que “já”, em apenas 25 dias de mandato, realizou alguns feitos (por exemplo, “acabaram as multas [trânsito] abusivas do governo anterior”, etc.). Dessa forma, apresentam-se-nos “elementos menores” e fatos isolados que, avaliados de forma positiva, fundam uma imagem consequentemente favorável “do todo”, ou seja, do governo de Terezinha Ramos em sua inteireza.

Enfim, notamos que as melhorias e fatos positivos do mandato de Terezinha se dão sempre em relação ao “governo anterior”. Mantém-se, assim, veladamente, nesse editorial em específico, a *dissociação* recorrente já criada pelos editoriais precedentes: Terezinha, de um lado, vinha sendo posta como a representante de um “novo modelo de política” (fato positivo), e Roque, de outro, como o representante do “velho modelo” (momento

retrógrado e superado). Essa dissociação entre Terezinha e Roque, outra marca contumaz do *logos* argumentativo, foi construída mais incisivamente nas edições de números anteriores do *Jornal Ponto Final* (728, 731, 732, 733 e 735). No editorial em questão (737), ela é reforçada de modo mais sucinto, mostrando os feitos de Terezinha em 25 dias de mandato em contraposição ao governo de Roque. Este, em 1 ano (dado como improdutivo), não teria feito o seu “dever de casa”, como nos mostra o editorialista: “acho ainda muito cedo para qualquer avaliação [de Teresinha], como também **acho um ano muito tempo para acertar a casa** [Roque]”.

Interessante é perceber como, a partir da edição de número 741, essa dissociação é desconstruída pelo editorial ao sabor dos acontecimentos políticos (as denúncias contra Terezinha e sua eminente saída da Prefeitura). É na edição 743, no entanto, que notamos a virada completa na argumentação do editorial, quando este passa a associar, e mesmo a igualar, a imagem de Terezinha à de Roque, evidenciando, assim, outro ponto de vista acerca dos fatos políticos analisados pelos editoriais anteriores. Em outros termos, o jornal passa a associar o que ele mesmo, pouquíssimas semanas atrás, dissociara ardentemente: Terezinha Ramos e Roque Camelo. Vejamos.

3 Editorial 2: O vitupério de Terezinha

No editorial 743, tudo começa pelo apelo ao sentimento popular, o argumento *ad populum*, utilizado visivelmente como estratégia com o título “o povo não aguenta mais”. Buscando, em tom indignado, se alinhar ao clamor popular por mudança, em função das reviravoltas políticas da cidade (o “entra e sai” de prefeitos e denúncias efusivas de corrupção), o editorial muda repentinamente a sua própria “opinião” acerca dos fatos que vinha insistentemente reportando. Já no primeiro parágrafo, o texto procura desfazer a dissociação que fora a base de sua própria argumentação até o presente momento: a de que Terezinha Ramos (a “nova política”) era o oposto de Roque (a “velha política”), o que reforçara a conhecida dicotomia entre Ramistas e Cotistas³. Subitamente, a partir de agora, “Terezinha Ramos

3 Os adjetivos Ramistas e Cotistas servem para designar a oposição política existente em Mariana atualmente. Ramistas são os partidários de João Ramos (PTB), prefeito por três vezes, como já apontamos, e Cotistas são os partidários de Celso Cota (PSDB), prefeito durante os mandatos de 2001-2008. Vencedor nas urnas em 2012, Celso Cota é atualmente o prefeito de Mariana. Nesses editoriais, os termos Ramistas e Cotistas são assimilados, respectivamente, às figuras de Terezinha

entra e começa a **mesma** novela”. É interessante notar como a própria língua (o *logos-palavra/frase/texto*) vem instituir o *logos-raciocínio*, (re)associando, assim, Terezinha a Roque: “a novela começou **novamente**”, “a **mesma** novela” (1º parágrafo), “o trânsito continua o **mesmo** caos”, “a **mesma** desculpa” (3º parágrafo), “e assim continuará mais um governo **igualzinho** ao de Roque Camelo (4º parágrafo). Entre advérbios, adjetivos e diminutivos enfáticos, dentre outros recursos, o discurso demonstra (ou parece demonstrar) que Terezinha e Roque seriam, na verdade (ou numa “verdade aparente”), dois lados da **mesma** moeda: o níquel doloroso/continuísta da estagnação marianense, incluindo aí a precariedade das promessas e dos serviços públicos em geral, além da não transparência e irregularidades administrativas. O **mesmo** “real” é (re)fundamentado.

No terceiro parágrafo, o editorial refere-se novamente a um modelo já proposto anteriormente, ou seja, o tempo ideal de 6 meses para que qualquer administração possa ser apreciada: “sempre falei que dois meses ainda é muito pouco para se fazer avaliação do governo. **Mas** temos que admitir que não teve nada de impacto nestes dois meses [de Terezinha Ramos]”. É possível notar, aqui, que o elemento adversativo “mas” é o grande divisor de águas, no sentido de desconstruir outro raciocínio esboçado anteriormente pelos editoriais (o tempo-modelo de 6 meses), que é “desempossado”, agora, pelo critério necessário do “impacto”, posto como termômetro das boas administrações. Nessa toada, o editorial segue definindo Terezinha Ramos de forma inusitadamente negativa. Note-se o tom irônico e de deboche que o texto toma no momento em que fala da policlínica, ainda no terceiro parágrafo: “até a Policlínica, que seria o carro chefe do governo de Terezinha, que teria atendimento 24h e **até cafezinho**, por enquanto nada”.

No quarto parágrafo, é interessante ressaltar, ainda, outra mudança de comportamento do editorial em relação aos números anteriores. Após salientar, referindo-se a Terezinha Ramos, que “assim continuará mais um governo igualzinho ao de Roque Camelo”, o editorialista faz uso de alguns questionamentos polifonicamente extraídos da *vox populi*, mas, desta vez, sem problematizá-los ou insinuar veementemente o seu teor de precipitação política, como foi feito no editorial 1, analisado anteriormente. É nesse

Ramos (mulher de João Ramos e sua sucessora na política) e de Roque Camelo (sucessor político de Celso Cota em 2008). Roque foi também vice-prefeito de Celso durante o mandato de 2005-2008.

sentido, e positivamente, que “as perguntas continuam as mesmas: qual é a real situação da prefeitura? Quanto que a prefeitura arrecada por mês? Cadê a auditoria? Cadê a prestações de contas? (...)”. Nesse sentido, além do editorial desconstruir a dissociação elaborada nos números anteriores (entre Terezinha e Roque), o tempo-modelo de 6 meses para se avaliar uma administração (substituído pelo critério “impacto”), ele desconstrói, também (ou lega ao esquecimento ou irrelevância), a pretensa incompatibilidade do comportamento do povo, que, diante do governo de Roque, não protestara durante um ano, mas, diante do governo de Terezinha, já tecia reclamações em apenas 25 dias de mandato. Sendo assim, o jornal forja um alinhamento aos anseios populares, legitimando toda e qualquer indignação da comunidade marianense diante dos políticos locais, todos associados, pelo menos neste momento, ao atraso do município.

Podemos cogitar que, no manejo cambiante do *logos*, entre construções e desconstruções de demonstrações verdadeiras ou aparentes, o jornal busca resguardar o seu *ethos*, mesmo que “desastradamente” e em tão pouco tempo entre um editorial e outro. Assim, embora mude de opinião acerca dos políticos locais, ao sabor das circunstâncias e eventos turbulentos, o que deixa claro o caráter circunstancial de toda argumentação, o editorial não prescinde do seu objetivo maior, que é convencer o seu leitor de que o jornalismo feito por esse órgão de imprensa é “imparcial”, no sentido de não ter vergonha de mudar, se necessário, a própria opinião diante da “verdade” dos fatos. Tal estratégia visaria persuadir o leitor de que aquele é um jornal que vale a pena ler e, conseqüentemente, comprar. Mas tudo isso são apenas algumas hipóteses que tecemos aqui, uma vez que não conhecemos bem, “antropologicamente”, os bastidores da política marianense e as efetivas relações, naquele município, entre mídia e poder. Como já ressaltamos, nosso objetivo foi apenas perceber como a conjuntura política marianense – uma verdadeira “novela” –, foi referenciada, construída e reconstruída por aqueles editoriais, no vai e vem de escândalos, de denúncias e de prefeitos, e como, em função de tudo isso, raciocínios foram caprichosamente construídos e reconstruídos. Fica evidenciada, assim, a importância do *logos-raciocínio* como uma etapa, dentre outras, das análises discursivas.

Considerações finais

Sobre as análises dos editoriais, e conforme os objetivos teóricos deste artigo, buscamos demonstrar o funcionamento das provas retóricas (*ethos*, *pathos* e *logos*) e, principalmente, dos “tipos de argumentos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002) como partes de uma “ferramenta teórica” possível para se apreender o *logos-raciocínio*, visto, aqui, como uma razoabilidade construída pelo discurso. Em termos gerais, entendemos o *logos* em uma dupla acepção semântica (discurso e raciocínio), sendo o discurso toda manifestação verbal ou escrita capaz de influenciar, manifestada por um sujeito numa determinada situação; os raciocínios, por sua vez, seriam as projeções argumentativas de uma série de operações mentais (no caso presente, as tipologias de Perelman & Olbrechts-Tyteca foram uma opção para se apreendê-las). Enfim, seja como “palavra/texto/discurso”, seja como “raciocínio”, o importante é salientar que *um* é condição para a existência do *outro* e, além disso, ambos seriam vértices semânticos complementares para a manifestação das outras provas retóricas (o *ethos* e o *pathos*). Nesse sentido, as demonstrações verdadeiras ou aparentes, sejam elas quase-lógicas, fundadoras ou fundadas na estrutura do real, se desdobram enunciativamente em aspectos que nos levam a especular sobre certa imagem do orador e, até mesmo, a imagem que este faz de seu auditório. Não só isso: depreende-se também uma série de emoções visadas pelos editoriais em relação ao seu público leitor, proposições de teses e comportamentos. Tudo integra um mesmo processo.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. **L'argumentation dans le discours**. Paris: Armand Colin, 2010.

AMOSSY, Ruth. Contribuição da Nova Retórica para a AD: o estatuto do *logos* nas ciências da Linguagem. In: EMEDIATO, W.; LARA, G. M. P. (Org.) **Análise do discurso hoje**, v. 4. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 11-28.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

GALINARI, Melliandro Mendes; QUEIROZ, Marcos Vieira de. O *logos* como razoabilidade argumentativa: contribuições da Nova Retórica para a Análise do Discurso. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n.5, p.162-179, dez.2013.

BRETON, Philippe; GAUTHIER, Gilles. **História das Teorias da Argumentação**. Lisboa, Editorial Bizâncio, 2001.

GALINARI, Melliandro Mendes. A polissemia do *logos* e a argumentação. Contribuições sofisticas para a Análise do Discurso. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 93-103, nov. 2011.

GUTHRIE, William Keith Chambers. **A History of Greek Philosophy**. Cambridge: University Press, 1967. v. 1

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia e incorporação. In: AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 69-92.

PERELMAN, Chaïm. Argumentação. **Enciclopédia Einaudi**, vol. 11. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987. p. 234-265

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de Argumentação: a Nova Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

WACHOWICZ, Teresa Cristina. **Análise linguística nos gêneros textuais**. Curitiba: Ibpex, 2010.

ANEXOS⁴

Anexo I - Edição de número 737, de 09/04 à 15/04/2010

Editorial – Cobranças, cobranças e cobranças

Cadê a auditoria, cadê a prestação de contas, cadê a Policlínica nova, cade a Prefeitura nova, cadê o novo Giasio Poliesportivo, cadê os 23 milhões que o Roque deixou em caixa, cadê o governo de Terezinha? Por que o nepotismo continua, por que tem muito parente no novo Governo, por que ninguém fala nada, por que ainda não houve mudanças, por que fulano de tal continua no governo, por que Terezinha está numa redoma, por que Terezinha está blindada, por que não deixam Terezinha administrar? Todos querem resposta em apenas 25 dias de mandato, embora no governo de Roque Camello tenham tido paciência durante um ano. Acho ainda muito cedo para qualquer avaliação, como também acho um ano muito tempo para acertar a casa. É normal que em qualquer governo sejam necessários uns seis meses para que tudo possa se definir. Como também é provável que haja erros e acertos no início de um mandato.

Muita coisa pode mudar. Isso tudo é normal. Mas duas coisas são certas: primeiro o povo; o povo tem de ter paciência neste início de mandato, até porque o próprio grupo de Terezinha, acredito eu, está em fase de adaptação, e ela mesma já deixou bem claro que só fica em seu governo quem fizer o bem para os marianenses. Realmente a população já está vendo algumas melhorias, como por exemplo: acabaram as multas (trânsito) abusivas do governo anterior; o tratamento dos funcionários para com o povo está sendo constantemente elogiado; algumas ruas sempre esquecidas estão sendo asfaltadas; o problema do abastecimento de água, que antes gerava reclamações diárias, hoje quase não existe; o controle do trânsito em festas comemorativas foi efetivo; o tapete na rua direita na Semana Santa, que também foi bastante elogiado.

Até a proibição definitiva de inovações de terras hoje está sendo bem aceita pela população. Outra coisa é certa: para um bom governo, além do compromisso de cada secretaria, diretores e funcionários, é muito importante a

4 Optamos pela fidelidade à grafia original dos editoriais, mesmo quando não se enquadra ao português padrão.

participação popular. Um bom governo só vai andar bem a partir do momento em que trabalhar junto com o povo, com a vontade do povo. Não adianta fazer prédios faraônicos se o que a população quer é bom atendimento, saúde, transporte, educação, turismo entre outros. Hoje o povo quer é uma Prefeitura bem administrada, sem politicagem.

Estive na Câmara semana passada e estive analisando o aumento que a prefeita está dando para os funcionários. Acho até louvável a preocupação do presidente da Câmara, Raimundo Horta, quanto aos recursos para isso. A iniciativa foi ótima, isso sem dúvidas, e quem agradece é o comércio local, que começa a ver o dinheiro da cidade circular dentro de nosso território. Parabéns à prefeitura e aos vereadores que aprovaram a iniciativa, embora alguns maldosos deixaram claro que os edis votariam contra qualquer projeto do novo governo. Foi bem transparente a postura dos vereadores na semana passada, quando aprovaram praticamente todos os projetos da Prefeitura, que são de interesse dos marianenses. Agora é só esperar para ver, com certeza o grande termômetro do governo de Terezinha será o povo de Mariana.

Anexo II - Edição número 743 de 21/05 à 27/05/2010

Editorial – O povo não aguenta mais

A novela começou novamente. No ano passado tivemos um governo turbulento do senhor Roque Camelo que nada fez por Mariana. Recurso sobre recurso, se manteve pouco mais de um ano no governo e nada fez por Mariana. Nem as obras do Celso Cota foram terminadas. Terezinha Ramos entra e começa a mesma novela. Não se fala em outra coisa, “se fica ou se sai”. A justiça, assim, fica totalmente perdida e sem credibilidade perante a população, “porque é um tirando o poder (autoridade) do outro”.

Segundo informações, o judiciário tem mais de 1.000 processos parados, mas pelo que vimos os políticos tem prioridade máxima, pois a cada ½ hora uma liminar invalida outra. Há duas semanas que venho tentando fazer uma entrevista com o juiz de nossa comarca, ou até mesmo para conversar sobre a

real situação desta novela, mas infelizmente, o mesmo só tem tempo para disputar os poderes da liminar. Nem retorno tivemos.

Enquanto isso, a cidade continua estagnada. Você não tem nenhuma informação, ninguém sabe de nada, não pode fazer nada. Não se fala em nenhum projeto social para a cidade, o lixo continua um lixo, o trânsito continua o mesmo caos. Esta semana tivemos a denúncia que a Policlínica está infestada de carrapatos. E sempre a mesma desculpa, “a oposição não deixa a gente trabalhar”.

Eu acredito que qualquer governo, para colocar a casa em ordem, precisaria em média, de 06 meses. Sempre falei que dois meses ainda é muito pouco para se fazer qualquer avaliação do governo. Mas temos que admitir que não teve nada de impacto nestes dois meses de governo. Até a Policlínica que seria o carro-chefe da campanha de Terezinha, que teria atendimento 24h e até cafezinho, por enquanto nada. E para piorar, fizemos algumas perguntas ao governo sobre a administração, mas até agora não obtivemos resposta. É o que falamos no editorial de semana passada: a culpa é do Rômulo Passos. Nós é que somos incompreensíveis, nós estamos contra o governo, nós é que mudamos de partido. E assim continuara mais um governo igualzinho ao de Roque Camelo. E as perguntas continuam as mesmas: Qual é a real situação da prefeitura? Quanto que a prefeitura arrecada por mês? Cadê a auditoria? Cadê a prestações de contas? Cadê as associações de Bairro? Cadê a Igreja? Cadê os candidatos futuros? Cadê os partidos políticos? Cadê a associação comercial? Cadê o povo de Mariana? Cadê os projetos falados em campanha?

Agora afeta o comércio de Mariana, não se vende mais nada. E o que é pior é o medo de vender para funcionários públicos, fornecedores e Prefeitura por medo de não receber, devido às mudanças de governo. Acho que o legislativo, o Executivo e o Judiciário precisam, urgentemente, dar uma resposta definitiva para todas essas situações, por que o povo não aguenta mais.

Quando estava fechando este editorial, terça-feira as 21h fomos informados que o Raimundo assumiria a Câmara no dia seguinte. Como diz o Boris, ISTO É UMA VERGONHA PARA MARIANA.